



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 20 de maio de 2025 - Ata n.º 41.

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi** secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Gugu Bueno** (1.º Secretário) e **Maria Victória** (2.ª Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **41.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta terça-feira. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhor Presidente, muito boa tarde. (Procedeu à leitura dos documentos protocolados no Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 350/2025** do Governo do Estado, informando que o Governador Carlos Massa Ratinho Junior estará ausente do país no período de 27 a 31 de maio de 2025, em razão de cumprimento de agenda oficial com destino a Paris, França e Wiersbeke, Bélgica; **Ofícios n.ºs 402/2025, 403/2025 e 404/2025** da Caixa Econômica



Federal, informando a celebração de compromisso destinado à transferência de recursos do orçamento geral da união, que tem por finalidade produção habitacional no município de Quedas do Iguaçu, Barracão e Rio Branco Do Sul.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito: Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputados, Deputadas e todos que nos acompanham aqui nesta Sessão Plenária. Primeiramente, quero fazer aqui um elogio ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Ontem teve aí um julgamento de um *habeas corpus*, que o meu advogado pediu que fosse arquivada uma denúncia do Ministério Público. Uma denúncia infundada, como eu já tinha dito aqui. A votação, foram 14 votos contra e 10 a favor, então não foi aprovado o *habeas*, porém, ambos agiram corretamente, dentro da lei, dentro do Estado Democrático de Direito. Os 10 que votaram favoráveis, votaram favoráveis por quê? Porque a denúncia do MP tem vício de origem, então ela não pode prosperar, ela tem que ser arquivada, de acordo já com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do próprio TJ do Paraná. Os 14 que votaram contrários também não erraram, por que qual foi a justificativa? Não podemos julgar algo que ainda não chegou a nós – a denúncia não chegou ainda ao TJ. Os 10 que votaram favoráveis queriam antecipar, e no final teve uma fala do Desembargador dizendo que uma situação dessa já está pacificada no TJ, que já teve um caso idêntico do Deputado Soldado Adriano. Então, parabéns ao TJ do Paraná, sempre agindo aí com razoabilidade e dentro da nossa ética jurídica. Diferentemente, vai uma crítica ao Presidente da OAB do Paraná, o Sr. Luiz Fernando Casagrande Pereira. Para quem não conhece, esse Presidente da OAB, que teve a cara de pau de encaminhar a esta Casa um pedido de afastamento deste Parlamentar. Não é interessante, vocês que nos acompanham, por que a OAB, a inoperante OAB Nacional – que já fiz várias críticas –, que agora começou a se manifestar, ainda bem... E agora vem a OAB do Paraná, que hoje é liderada



por um petista de carteirinha, um advogado de esquerda, que defendia o Lula... Vocês têm alguma dúvida da perseguição dele contra um Deputado de direita? Eles querem, de qualquer jeito, calar qualquer Parlamentar de direita, conservador e bolsonarista, com muito orgulho. Esse advogado, infelizmente, violou um princípio básico, um preceito basilar do Direito, que é a presunção de inocência – qualquer aluno de primeiro ano aprende isso. Como que esse advogado quer me condenar, se eu não fui julgado? Como, se esse mesmo advogado vivia visitando o Lula aqui na Federal, quando foi preso – estava semanalmente com ele –, porque ele queria de qualquer forma conseguir fazer com que o Lula conseguisse ser candidato, alegando o quê? Pasmem: presunção de inocência. Então, senhor advogado, o senhor envergonha a OAB do Paraná, o senhor envergonha os advogados do Paraná, a sua mediocridade, a sua ideologia de esquerda ficou acima de tudo o que o senhor aprendeu no Direito, que vergonha! Quem vai pedir a sua saída da OAB sou eu. Deveríamos fazer um abaixo-assinado nós, população, para que esse esquerdista de carteirinha saia da OAB. A OAB tem que ter um líder, um presidente imparcial, que vá defender o Direito, que vai defender a democracia, o Estado Democrático de Direito, não um cara que não respeita nem o que ele estudou, que não respeita a presunção de inocência. Será que ele é mais um ditador? Está seguindo o exemplo de quem, Pereira? Não sei o que o Presidente desta Casa vai fazer com essa notificação, eu colocaria no banheiro, acho que ninguém nem vai querer usar isso aí, porque nem para lixo serve, o que o senhor escreveu aqui, de tão infantil, imoral e de tamanha irresponsabilidade que o senhor teve... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O senhor teve a cara de pau de mandar este requerimento aqui, esta notificação a esta Casa. Aqui, ô esquerdista, Deputado, ô advogado petista, aqui é o Poder Legislativo, aqui estamos eleitos



legitimamente pelo povo do Paraná, diferente do senhor, que defende quem lhe paga mais. Aqui não, aqui é diferente. Então, fica aqui o meu repúdio ao senhor, à sua mediocridade. E já fiz denúncias à OAB e o senhor não se manifesta. Quando tem assunto importante, o senhor não se manifesta. E se o problema é que este Deputado virou réu, tem Deputado do PT que já foi condenado em 2.^a Instância e o senhor está caladinho, por quê? Só quem é de direita? Advogado Pereira, o senhor tenha vergonha na sua cara, ok? Aqui o senhor não vai... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, hoje preciso falar um pouquinho sobre coerência. No último ano do Governo Bolsonaro, exerci o mandato de Deputado Federal lá em Brasília. Por diversas vezes, na tribuna da Câmara Federal, me manifestei sobre aquele que acho um dos maiores arrochos que existe neste País, que é o elevado patamar das taxas de juros. Ontem ouvi o Presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmado que, pelo menos por enquanto, ele não vai baixar as taxas de juros. Os juros estão em 14,75%. Essa é a taxa de juros hoje no Brasil, a taxa Selic, que tem influência direta na inflação, na economia e, principalmente, nos empréstimos. Quando a taxa Selic está alta, todos os juros tornam-se mais altos: o juro do cartão de crédito, o juro do cheque especial, o juro dos empréstimos consignados, e isso provoca um problema muito grande na economia do País. Eu ouvia, e tenho aqui muito respeito pela Bancada oponente – pela Bancada de Oposição –, mas eu ouvia, quando estava o Campos Neto na Presidência do Banco Central, o Presidente da República defendendo enfaticamente, assim como eu fazia lá no governo Bolsonaro, a redução das taxas de juros no Brasil. Hoje vejo um indicado pelo Presidente da República não só mantendo as elevadas taxas de juros, mas inclusive promovendo o seu aumento. Houve um aumento de 0,5% na taxa Selic



este ano. Na vida pública, é necessário ter coerência. As taxas de juros no Brasil hoje são um problema que vai gerar uma bola de neve que vai arrebentar no colo do próprio Governo e principalmente da população, porque as pessoas estão endividadas. Hoje pela manhã, o meu assessor comentava que ouviu na rádio que 250 mil pessoas ainda não conseguiram pagar o IPVA deste ano aqui no Paraná, e assim vai com todas as contas públicas e privadas. Confesso que tenho pena dos aposentados e servidores públicos que, por extrema necessidade, tiveram que cair na armadilha dos empréstimos consignados. É lamentável, porque vão pagar juros altíssimos. Tenho pena do comerciante que teve que, para produzir capital de giro para o seu negócio, para comprar alimentos, para comprar insumos, caiu no juro do cheque especial ou do cartão de crédito. O juro rotativo do cartão de crédito no Brasil está chegando a 450% ao ano. É muito! O Brasil tem a terceira maior taxa de juros do mundo, estamos só atrás da Turquia e da Rússia. Agora, coloque-se na situação do agricultor que teve que fazer empréstimos para comprar insumos, para comprar sementes, para comprar tratores; coloque-se na situação de um empresário que fez empréstimos para conseguir abrir uma filial ou comprar novas máquinas para a sua indústria; coloque-se no lugar do comerciante que está endividado, do aposentado, do estudante que fez o empréstimo estudantil, no lugar do funcionário público que caiu nessa armadilha dos consignados! Se continuarmos com essas taxas de juros elevadas, vamos ter estagnação econômica no Brasil e isso é um desestímulo para a criação de novas empresas e, pior, isso coloca a classe média para baixo. Quem é de classe média e está endividado vai ficar ainda mais pobre com essas taxas de juros, e quem está na linha da pobreza... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Vou usar o tempo do União Brasil, Presidente Flávia. Essas taxas de juros vão deixar a classe média pobre e os



pobres ainda mais pobres. Não é possível que os banqueiros continuem mandando neste País. O povo brasileiro tem seus direitos diariamente violados pelos donos de bancos. Os donos de bancos são magnatas, são trilionários que hoje mandam neste País mais do que qualquer outra pessoa. Entra Governo, sai Governo e as taxas de juros não baixam porque eles não querem que elas baixem. Acredito que está na hora de todas as pessoas que verdadeiramente têm um compromisso com o povo, independente do partido ao qual pertençam, se unirem para cobrar posição das autoridades federais. Cobrar do Executivo, do Legislativo e do Judiciário Federal atitudes para conter essas taxas de juros exorbitantes. Chega a ser... Vou exagerar..., não vou correr o risco de exagerar aqui na palavra, não vou dizer que chega a ser *criminosa*, mas é, sem dúvida alguma, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, abusiva, muito abusiva a taxa de juros cobrada neste País.

Deputado Ricardo Arruda (PL): O senhor me dá um aparte, Deputado?

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Concedo um aparte, Deputado Ricardo Arruda.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado, Deputado Leprevost. Colocação perfeita, realmente o Brasil vive um momento hoje extremamente delicado – taxa de mais de 14%, quase 15%...

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Quatorze vírgula setenta e cinco hoje.

Deputado Ricardo Arruda (PL): ... está quebrando o agro, está quebrando os empresários. Nunca teve tanto pedido de recuperação judicial, tanto pedido de concordata. Porém, por que o Banco Central não abaixa a taxa? Porque, para abaixar a taxa, tem que diminuir o gasto do Governo Federal, e o Lula não quer parar de gastar! Ele não vai diminuir. Ele está quebrando o Brasil. E, pode ver, em todo o Governo Lula, os banqueiros têm um faturamento absurdo. Ele tem total



apoio e apóia todos os banqueiros. O Lula trabalha para os ricos. Então, enquanto não diminuir... Não é o banqueiro, não, o culpado; o culpado é o Governo Federal. Eles criticavam que era o Roberto Campos, que era do Bolsonaro, o Banco Central, que era ele; entrou o Gallípolo e está igual, cada dia aumenta mais. E não tem, não há controle de despesa, não há controle fiscal. A dívida do Brasil aumentou demais. O PT e o seu Governo estão quebrando o Brasil.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Proponho, Deputado Ricardo Arruda – agradeço pelo aparte –, que o senhor, que é o representante principal da direita aqui nesta Casa, diria até – não entenda isso de forma depreciativa, por favor – da extrema-direita nesta Casa, convide aquelas pessoas que acampavam na frente dos quartéis para acamparem na frente dos bancos. Porque o dia em que o brasileiro acordar, ele vai acampar na frente dos bancos para chamar atenção da grande mídia para essa vergonha que acontece, e que não é de hoje – não é só do Governo atual, é dos governos anteriores também –, que é os banqueiros mandarem neste País. Chega de sermos escravos dos banqueiros! O brasileiro trabalha para pagar os banqueiros. Isso é inadmissível. E se fizer uma varredura, um pente-fino nas contas das pessoas, não se surpreendam se não tiver banco por aí fazendo o que fizeram com os aposentados lá do INSS, colocando uma *taxinha* aqui, outra *taxinha* lá sem a pessoa perceber. Acho estranho alguém dizer que defende o povo e não se revoltar contra essa dominação dos grandes banqueiros, que exploram tanto a população brasileira. Vou continuar falando sobre isso. Talvez eu seja aqui um Moisés pregando no meio do deserto, talvez não me ouçam, talvez não me apoiem, talvez ninguém faça nada, mas a minha parte eu vou fazer, que é cobrar condições para que as pessoas possam desenvolver o País, para que as famílias humildes possam prosperar, para que o agro, para que as indústrias, para que o comércio, para que os trabalhadores e estudantes possam crescer na vida. Com estas taxas de juros abusivos que temos hoje no Brasil, não dá! É impossível! Estamos nos tornando o País dos endividados e dos explorados pelos bancos. Obrigado, Sr.^a Presidente.



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador:
Deputado Delegado Tito Barrichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar a Ex.^{ma} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo, o Líder da Oposição e os caros colegas Deputados Estaduais; e cumprimento vocês que me assistem através da TV Assembleia. Utilizo a tribuna desta Casa Legislativa, desta Casa de Leis para parabenizar policiais militares do 13.^º Batalhão de Polícia Militar, que realizaram uma apreensão gigantesca de maconha e haxixe, três toneladas e meia de maconha e duas toneladas e meia de haxixe. Lembrando que a maconha é produzida com o caule e com a flor da maconha, da *Cannabis sativa*, e o haxixe é produzido com a resina, que tem um THC muito mais forte. Então, parabéns aos policiais militares que trabalharam e fizeram essa grande apreensão. Ofereço a eles um título de honra ao mérito pelo trabalho realizado. É o mínimo que posso fazer. Vou pedir que isso conste da folha funcional de V.Ex.^{as}, porque esta Casa, infelizmente, através de alguns Deputados, Deputado Arruda, tem criticado sistematicamente os policiais militares, que se expõem, que trabalham, que lutam pela nossa sociedade. Hoje, senhores, inclusive passamos na CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça, um Projeto de Lei da meia entrada, meio ingresso aos policiais militares, que em regra estão estressados, estão cansados e, com o meio ingresso, poderão ir ao cinema, ir a um teatro e ir a um evento cultural pagando meio ingresso. É uma forma de diminuir o estresse e fomentar e apoiar os nossos policiais militares. Essa apreensão foi mencionada pelas polícias do Brasil inteiro, pela grande quantidade de maconha e de haxixe, avaliada em mais de R\$ 15 milhões. Tenho certeza absoluta que o preço da maconha, para aqueles que fazem a Marcha da Maconha, aqui em Curitiba, ficou inflacionada com essa grande apreensão de seis toneladas de *Cannabis sativa*, que é essa erva do mal. Meus parabéns aos policiais militares. O mínimo que eu posso fazer, como Deputado Estadual, é honrá-los. Honra a quem merece honra. Então, esse título



tem como escopo mostrar que precisamos homenagear as pessoas que merecem homenagem, porque o Brasil vive hoje, infelizmente, Sr. Presidente, uma inversão de valores. O certo virou errado, o errado virou certo, o bonito é feio e o feio é bonito. Precisamos estabelecer valores e princípios, retroagindo ao interesse da sociedade, e precisamos, como eu disse, homenagear quem merece homenagem. Parabéns aos policiais militares. É uma honra poder oferecer esse certificado, que é o mínimo que esta Casa de Leis, que representa mais de 11 milhões de pessoas, pode fazer por V.Ex.^{as}. Nossa muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próxima oradora: Deputada Cloara Pinheiro. Anunciamos a presença dos acadêmicos de Ciências Sociais da UFPR, acompanhados pelo Professor Dr. Matheus. Sejam muito bem-vindos a esta Casa de Leis.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Subo nesta tribuna hoje... Confesso que ontem saí daqui com dor de cabeça, dor de estômago, porque não estou acostumada a gritos, a ofensas e não gostei do que observei e do que presenciei. Poderia usar este microfone para falar outras coisas, mas hoje quero homenagear uma pessoa que conheci há dois anos e pouco e que me impressionou. Essa mulher é a nossa Deputada Maria Victoria. Hoje, Maria Victoria, está completando dois anos da Lei da minha filha Carolina Reeberg Stanganelli. Eu estava ao lado usando o outro microfone para fazer homenagem para o Dr. Ricardo Ramina, médico da minha filha, que fazia 28 anos que eu não via. Aí a Maria Victoria chegou para mim e mandou me chamar. Olhei e falei assim – eu chegando na política: “*Será que ela está me chamando? Será que é comigo? A Maria Victoria me chamando!*” Aí ela falou assim... Todos sabem que a minha filha morreu com retinoblastoma. Ela falou assim: “*Venha aqui! Venha aqui!*” Eu falei: “*O que aconteceu?*” Ela me deu um projeto, ela me deu uma lei, um projeto para... Vou ler aqui direitinho para vocês: “*Lei sancionada em homenagem à minha filha Carolina garante informação, diagnóstico precoce e políticas públicas para milhares de*



famílias no Paraná. A Lei dá visibilidade e esperança para quem convive com doenças oculares raras.” Eu olhei e falei assim: “*Não, mas é teu esse projeto.*” E você falou: “*Não, a sua filha morreu com um tumor na retina. Este projeto é seu.*” Daí eu falei assim: “*Não, esse projeto é seu!*” Meu Deus, a Maria Victoria me dizendo: “*Eu sou a coautora.*” Eu falei: “*Eu não estou acreditando.*” Aí cheguei ao meu gabinete, já estava com as pernas bambas, porque sou assim, emocionada... Cheguei ao meu gabinete, já estava chorando bastante, aí a assessora da Maria Victoria ligou para a minha assessora, que queria falar comigo – faz dois anos hoje isso, Maria Victoria – e aí a Maria Victoria mandou um recado: “*Ela não quer fazer, não quer dar o nome da filha dela? Pede para a Deputada Cloara se ela não quer fazer uma homenagem para a filha e dar o nome da Lei de Carolina.*” Eu nunca vou esquecer isso que você fez. É um lugar em que muitas vezes tenho medo de subir, aqui, porque quando somos do bem e temos gratidão – eu tenho gratidão às pessoas –, quando falamos de coisas boas... Quantas vezes ensaiei para subir aqui e falar que, de 113 Procuradorias, estamos com 196. Temos medo até de aparecer muitas vezes. Sempre venho colorida, Hussein Bakri, porque sou assim, uma pessoa do bem. Tenho 18 anos de serviço social, 26 anos de TV e uma história de vida. Esses dias vim de preto, vim de bege, porque não queria que as pessoas me olhassem. Por quê? Porque é muita maldade, muita inveja, muito ciúmes, muita briga. Eu não entendia que política era assim. Eu não me incluo. Não faço parte dessa política de briga. Faço parte de políticas de projetos e política de gratidão. E você, Maria Victoria, recebe agora a minha homenagem e o meu muito obrigada. Saí daqui ontem muito mal, porque não é isso que vim fazer aqui na Assembleia. Eu fui colocada aqui, fui a mais votada de Londrina para ter uma missão, mas não para ver brigas, pode ter certeza. E fui colocada aqui com a missão de ser grata e sou muito grata a você e à minha estrela, a Carolina, que está no céu. Por isso que uso cor de uva sempre, porque era a cor que a minha filha queria colocar um olho, mas, infelizmente, não deu tempo e não tinha como, porque ela não tinha pálpebra. Devo e falo em todas as minhas palestras que ministro implantando Procuradoria, tenho a sua foto e falo da Lei Carolina.



Carrego você em todo Paraná. Daí falam assim: “*É, mas a senhora fala de outra Deputada*”. Eu falo: “*Estou falando de uma amiga, de uma pessoa que me viu com outros olhos, uma pessoa que homenageou a mulher...*” (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputada.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): ... que fez homenagem para a mulher mais forte da minha vida, a mulher mais maravilhosa, que é a minha filha. E a minha mãe, tenho certeza que está ouvindo e falando: “*Eh, meu Deus!*” E a minha filha lá no céu fala assim: “*Dá um beijo na Maria Victoria, na tia Maria Victoria*”. Muito obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, quero cumprimentá-los. Ao tempo em que cumprimento a população que está acompanhando a nossa Sessão à distância, cumprimento também a população que comparece a esta Sessão, nos honrando com suas presenças aqui. Quero, Sr.^a Presidente, me dirigir aqui ao Líder do Governo, Deputado Hussein Bakri, e solicitar o apoio dele e do Governo para manter em Laranjeiras do Sul o CEEBJA. O CEEBJA é o Centro de Educação de Jovens e Adultos. O CEEBJA funciona em Laranjeiras do Sul há muitos anos e no mesmo prédio. É um prédio alugado, porque o Estado não construiu um prédio próprio. Esse prédio já recebeu reformas, o prédio está bom. A população, inclusive as autoridades do Núcleo de Educação, diz que o prédio está bem cuidado. Esse espaço de ensino é muito bom, é sempre elogiado, tem 220 estudantes, e faz um trabalho importante. Há poucos dias, a escola foi comunicada de que haverá o fechamento na metade do ano. Isso é um prejuízo sem precedente, porque temos jovens, adultos e idosos que não puderam estudar nas etapas ditas “regulares” e na idade regular e que



precisam de uma escola como essa. É uma escola com qualidade, tem um corpo de professores e funcionários muito preparados e atendem a essa população que é trabalhadora e que precisa estudar. Então, portanto, fica aqui o nosso apelo para que o CEEBJA de Laranjeiras do Sul não seja fechado. Então, Deputado Hussein Bakri, V.Ex.^a preside a Comissão de Educação aqui da Assembleia, de que faço parte, também é o Líder Governo aqui na Assembleia, que V.Ex.^a possa intervir, o mais rápido possível, junto ao Governador, ao Secretário de Estado da Educação, para que o CEEBJA de Laranjeiras do Sul permaneça com as portas abertas, atendendo a essa população que só estuda porque tem o CEEBJA. Se fechar o CEEBJA, eles não conseguem estudar nas escolas regulares, porque já foram excluídos no passado por conta das suas condições de trabalho. São trabalhadores que precisam estudar. Então, não podemos aceitar o fechamento. O Paraná vem fazendo um trabalho, ao longo dos anos, para reduzir o número de analfabetos literais e também o número de analfabetos funcionais. E o CEEBJA tem sido considerado nas pesquisas a modalidade de ensino que contribuiu para que o Paraná tivesse o menor índice no Brasil de analfabetos literais e também analfabetos funcionais. Há poucos dias, ficamos horrorizados que ainda estamos com o número alto de analfabetos no Brasil. Tem diminuído, ao longo dos anos, mas não na velocidade que desejamos. E o Paraná não pode fechar os CEEBJAs, porque são eles que têm contribuído para a redução do analfabetismo tanto literal quanto funcional. Então, por isso, quero, mais uma vez aqui, parabenizar a direção, a equipe pedagógica, os professores, os funcionários e os estudantes do CEEBJA de Laranjeiras do Sul que estão lutando para que... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... que estão lutando para que essa unidade escolar permaneça aberta, funcionando, contribuindo para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem, Sr.^a Presidente.*

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): *Pela ordem,*
Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já que não existe nenhum tipo de aparte no Pequeno Expediente, respeitosamente quero me dirigir ao Professor Lemos e dizer que ele pode contar com todo o apoio da Comissão de Educação. A causa que V.Ex.^a está advogando é extremamente justa, correta e conte com o meu apoio.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos agora ao Horário das Lideranças. Próximo orador: Deputado Marcelo Rangel.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Pelo Horário do PSD. Senhora Presidente, Sr.^s Parlamentares, senhores da imprensa que aqui estão, especialmente os queridos estudantes acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, sejam bem-vindos a esta Casa tão importante do Estado do Paraná. Estou feliz em poder fazer o meu discurso para uma plateia tão seleta. Hoje vou falar sobre causa animal, sobre fauna, atendimento a animais de rua abandonados e também animais silvestres. Mas quero começar fazendo uma pergunta para todos que aqui estão e para você que está nos assistindo pela TV Assembleia: Quem foi João Batista Viana Drummond? Senhores Parlamentares, alguém sabe quem foi João Batista Viana Drummond? Quem está em Casa? Bom, é normal não conhecer e se procurar no ChatGPT, descobre na hora. Barão de Drummond foi uma pessoa muito importante no Brasil porque criou o primeiro zoológico do País. Mas, em 1892, ele ficou conhecido por criar o jogo do bicho. O famoso jogo do bicho foi criado porque, naquele zoológico do Rio de Janeiro, o primeiro zoológico do País, não se tinha dinheiro para a alimentação dos animais, e os animais passavam fome, não tinha recursos na Prefeitura para dar o tratamento adequado aos animais. E aí criaram o jogo do bicho em 1892, onde as pessoas



escolhiam um dos bichos do zoológico, no final da tarde, faziam um sorteio e, o bicho que desse, as pessoas ganhavam os recursos ali daquela aposta e o resto serviria para carne, alimentação, enfim, para o tratamento dos animais do zoológico. Deputado Nelson Justus, por que comecei minha fala falando do Barão de Drummond, o criador do jogo do bicho? Para falar da hipocrisia do nosso País. Para falar o quanto temos hipocrisia no Brasil. Porque o assunto mais comentado neste momento é sobre as *bets*, sobre as apostas *online* que, em 2023, foram autorizadas e, desde 1892 o jogo do bicho é ilegal no nosso País. E todo mundo aqui sabe – não se pode encobrir o sol com a peneira –, ele está em todos os cantos do nosso País, mas não está regulamentado e poderia, inclusive, ter sido regulamentado lá em 1900. Poderia continuar, inclusive, com ação social e com recursos para os animais, por exemplo, que hoje, infelizmente, no nosso País não temos um projeto específico para a fauna e, principalmente para animais abandonados nas ruas das nossas cidades. E se discute em CPI chamando *influencers*, perguntando a eles por que eles fazem propaganda dessas *bets* que endividaram os brasileiros. Somente no ano de 2024 as *bets* faturaram R\$ 120 bilhões, sendo que nenhum centavo retornou em impostos para o Brasil, a não ser as outorgas. Vamos ver em 2025, mas, por enquanto, esse dinheiro que os brasileiros estão gastando – e muitos, inclusive, que recebem benefícios do *Bolsa Família* –, que estão gastando em *tigrinho* e estão gastando nas famosas *bets*, infelizmente, estão se endividando e esse recurso, provavelmente, está saindo do nosso País. Não ganhamos absolutamente nada com as *bets*, com as apostas, aliás, perdemos muito. Perdemos, inclusive famílias com relação a isso. Mas eu disse que meu discurso era sobre fauna, sobre proteção a animais. E por que comecei falando sobre jogo do bicho, falando sobre as *bets*? Porque queremos um programa diferenciado para atender a esses animais que estão abandonados por todos os municípios do Estado do Paraná. Por isso, estamos articulando, juntamente com os prefeitos, um grande consórcio. Seria o primeiro do Brasil. O primeiro consórcio *SimFauna*. Um consórcio dedicado especialmente para angariar recursos para que os prefeitos possam dar a atenção devida a



esses animais que, muitas vezes, estão abandonados nas ruas. Somente na minha cidade, há poucos dias, tivemos dois casos gravíssimos que tiveram relevância, inclusive se tornaram notícias nacionais. Animais que atacaram profissionais que estavam trabalhando na coleta de lixo, *pit-bulls* que estavam soltos, e um outro caso, muito lamentável, de um cãozinho que estava na rua, infelizmente abandonado, foi atropelado e o mesmo profissional que atropelou acabou jogando o cãozinho no compactador de lixo. Os prefeitos nos relatam, muitas vezes, que têm muitas dificuldades de terem recursos para terem programas específicos nessa área, até mesmo porque um prefeito tem muitas dificuldades na área social, na saúde, na educação e faltam recursos para esse tema, que também é muito relevante, muito importante. E através de um consórcio poderemos ter algo diferenciado: a possibilidade de os Parlamentares encaminharem emendas; hoje é muito difícil um deputado encaminhar emenda específica para um município para a causa animal. Mas, se tivermos um consórcio com 10, 15, 25 municípios desse consórcio, sim, poderemos destacar, inclusive dentro do orçamento recursos para a causa animal. E também poderemos trazer recursos do Governo Federal, do ICMS Ecológico, porque as pontuações dos municípios serão mais elevadas. Estaremos trabalhando com a matemática de todos os municípios em um consórcio, e também isso terá uma organização mais facilitada, podendo, inclusive, pensar em um hospital regional veterinário para atendimento desses municípios. Ou seja, no início da minha fala, falei sobre apostas, sobre jogos e que poderiam inclusive destinar recursos para programas, e sei que as *bets* que foram regulamentadas em 2023 vão ter a obrigatoriedade de repassar recursos para a saúde, para a educação... Vou passar a palavra ao Deputado Líder da Oposição, Arilson, pois não.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Deputado Marcelo, é uma ótima ideia. Presido a Comissão de Meio Ambiente, Ecologia e Proteção Animal. Quero me colocar à disposição de V.Ex.^a para tratar dessa questão do consórcio. A gente recebe inúmeras denúncias, várias imagens, inclusive, e a reclamação dos municípios é



justamente essa: o pequeno porte não ter condição de fazer por si próprio. Às vezes, o abrigo – o canil, o gatil – é fácil de construir, mas não tem dinheiro para dar manutenção, para ter o veterinário, para ter o profissional. Quero parabenizar V.Ex.^a e o que precisar da nossa Comissão, estamos à disposição. E acho que temos que botar os bichinhos no orçamento do Estado, o senhor está coberto de razão. Parabéns.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Muito obrigado, Deputado Arilson. Deputado Líder do Governo, Hussein Bakri.

Deputado Hussein Bakri (PSD): Na condição de Líder do Governo, tenho o privilégio de tê-lo como Vice-Líder. Antes de mais nada, quero parabenizá-lo pela brilhante ideia, vem ao encontro da necessidade dessa causa tão importante, mas, muito mais do que isso, vai viabilizar um formato que possibilita a efetiva entrega de recursos, que muitas vezes barra na burocracia. Portanto, uma ideia excelente de V.Ex.^a. Parabenizo-o novamente e quero dizer: Conte com a Liderança do Governo e com o Governo como um todo.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PSD): Muito obrigado aos Deputados Líderes da Assembleia. Provavelmente um dos discursos mais emotivos da minha parte por ter o apoio tanto do Deputado Arilson, que representa a Oposição, quanto do Líder do Governo. Demonstra que os Parlamentares, os Deputados do Estado do Paraná estão preocupados com a causa animal. Sinto-me muito honrado de ter o apoio de todos vocês. Muito obrigado a todos.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Peço aos Deputados que estiverem em seus gabinetes que, por gentileza, venham até o Plenário. Próximo orador inscrito: Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Abro mão, Presidenta.



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Próximo orador, então: Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu abro mão também.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Esta Presidência solicita aos Deputados que, por gentileza, estiverem em seus gabinetes, que venham até o Plenário.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Sr.^a Presidente. Queria pedir um segundo apenas para pedir a quem represento aqui, Sr.^s Deputados que compõem a nossa Base, que já, já vamos iniciar o processo de votação e estamos com quórum superapertado aqui. Inclusive, temos que reconhecer que o papel da Oposição que está aqui, se não cai a Sessão. Acho que é importante para esta Casa e temos esse funcionamento normal, estamos apenas com 28 Deputados e Deputadas aqui. Quero repetir o pedido, se V.Ex.^a puder apertar a campainha novamente, *mete o dedo* na campainha aí que precisamos da presença.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Mais uma vez, convidamos os Deputados que estiverem em seus gabinetes, por gentileza que desçam até o Plenário.

Com grande pesar, informamos o falecimento ocorrido na tarde de ontem, do Sr. Cleider de Vasconcellos e da Sr.^a Raquel Dolabela de Lima Vasconcelos, familiares do Deputado Requião Filho. Neste momento de dor, só nos cabe pedir a Deus que ilumine, dê paz e conforto a família do Deputado.

Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.



[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Doutor Antenor (PT), Doutor Leonidas (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Ney Leprevost (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO) Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Ricardo Arruda (PL), Reichembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Batatinha (MDB) (Req. 1122 - Art. 97, § 3º, I do Regimento Interno) (1 Parlamentar) Deputados ausentes sem justificativa: Ademar Traiano (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Delegado Jacovós (PL), Goura (PDT), Matheus Vermelho (UNIÃO), Requião Filho, (6 Parlamentares).]

Projetos regularmente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 341/2025**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a vedação de utilização de bonecos realistas, conhecidos como “reborns”, para obtenção indevida de benefícios destinados a mães de crianças naturais; **Autuado sob o n.º 342/2025**, do Deputado Delegado



Tito Barichello, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Aleitamento Materno e à Doação de Leite Humano, a ser desenvolvido em unidades públicas de saúde; **Autuado sob o n.º 343/2025**, do Deputado Denian Couto, que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Orientação da Artrite Reumatoide e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 344/2025**, do Deputado Tercílio Turini, que insere no roteiro oficial de turismo religioso do Estado do Paraná a Rota Religiosa Caminho dos Anjos, peregrinação realizada entre o município de Londrina e o Santuário de São Miguel Arcanjo, localizada no município de Bandeirantes.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

Para os Itens 1 e 3 não foram apresentadas Emendas de Redação.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 199/2024, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Mobilização e Incentivo à Frequência e Combate à Evasão Escolar no Estado do Paraná.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 103/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de utilidade pública à Associação Desportiva Atlética Bituruna - ADAB, com sede no município de Bituruna.

Está dispensada a votação.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 50/2025, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que institui o dia 13 de julho como o dia Música e Viola Caipira no âmbito do Estado do Paraná. **O Projeto recebeu Requerimento de coautoria e está retirado de ofício por esta Presidência, para anotações.**



ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 130/2025, de autoria do Deputado Hussein Bakri, Deputada Cristina Silvestri, Deputado Tercílio Turini, Deputada Marcia Huçulak, Deputado Anibelli Neto, Deputado Delegado Tito Barichello, Deputado Gilson de Souza, Deputado Batatinha, Deputado Delegado Jacovós, Deputado Paulo Gomes, Deputada Cloara Pinheiro, Deputada Maria Victoria, Deputado Requião Filho, Deputada Cantora Mara Lima, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Ana Júlia, Deputado Dr. Leônidas e Deputada Mabel Canto, que altera a Lei Estadual n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. **Há uma Emenda de Redação Final.** Em discussão a Emenda.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidenta.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Não havendo quem queira discutir, em votação. Votando. Esta Presidência registra a presença da Presidente da Câmara Municipal de Santa Mônica, Sueli Ferreira. Seja muito bem-vinda a esta Casa de Leis.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhora Presidente e demais colegas, quero pedir aqui a todos que possam votar, estamos com o quórum baixo e precisamos atingir o número. Repito que o voto é “sim”, a orientação.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Como votam os Deputados Marcio Pacheco, Maria Victoria, Mauro Moraes? Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz



*Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Renato Freitas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Luís Corti, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a emenda.*

ITEM 5 – 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 19/2025, que institui a Política Estadual de Aproveitamento Socioeconômico de Bens Públicos, incluindo a cessão onerosa do direito à denominação de bens públicos - Naming Rights, a cessão de uso de bens públicos para ações publicitárias e a adoção social de bens públicos. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Emendas de plenário aguardando parecer da CCJ. **O Projeto aguarda parecer da CCJ. Está retirado pela Presidência.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 464/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Síndrome de Turner no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ, com Substitutivo Geral, e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o substitutivo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Votando. Anunciamos aqui a presença da Vereadora de Alto Paraná, Sr.^a Cida, do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Presidente da Apae de Alto Paraná, Sr. Tatiano, e do Secretário, Sr. Márcio; e da Vereadora de Arapongas, Sr.^a Marisa, a pedido do Deputado Bazana. Sejam bem-vindos a esta Assembleia Legislativa. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Goura, Gugu Bueno, Luís Corti, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Requião Filho e Ricardo Arruda (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 7 – 2.^º Turno do Projeto de Lei n.^º 66/2025, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, Deputado Delegado Tito Barichello, Deputada Maria Victoria, Deputado Anibelli Neto e Deputado Jairo Tamura, que institui o Abril Verde e Amarelo, mês dedicado a ações de conscientização sobre a importância e a legitimidade da defesa da propriedade privada. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar o Projeto, ressalvada a Emenda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”. Atenção, Oposição, voto “não” à instituição do Abril Verde e Amarelo.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Respeitosamente, peço a toda a nossa base o voto “sim” ao Projeto que institui o Abril Verde e Amarelo no âmbito da Assembleia. O voto é “sim”.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Votando, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Nelson Justus, Ricardo Arruda, Flávia?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): A Deputada Flávia não está. Está na Mesa, desculpa.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): O meu voto é “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[*Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fábio Oliveira, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (36 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (6 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Flávia Francischini, Goura, Luís Corti, Matheus Vermelho, Requião Filho e Ricardo Arruda (12 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e 6 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 66/2025. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto favorável da Deputada Flávia Francischini.)*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Vamos apreciar agora a Subemenda substitutiva geral da CCJ.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vai encaminhar, Deputado? O Deputado Marcio vai encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Só para corrigir, o Deputado Marcio Pacheco vai encaminhar a Emenda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Eu também vou, Presidente, me inscreva.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, é importante a atenção dos senhores, para que compreendamos a razão da votação dessa Emenda. Já aprovamos o Projeto, mas o texto do Projeto que vai valer é esse texto que vamos votar agora, que é o substitutivo geral apresentado como Emenda pelo Deputado Arilson Chiorato. Senhores e senhoras, o Projeto que apresentamos e cuja intenção é a aprovação, indica no sentido de que queremos aprovar no Estado do Paraná um Projeto que seja contra as invasões de terras promovidas seja pelo MST, seja pelas invasões indígenas, que acontecem de maneira especial no Oeste do Paraná, qualquer tipo de invasão de terra, que somos contrários. Aqui agradeço aos demais Deputados Tito Barichello, Maria Victoria, Anibelli Neto, que assinaram conosco esse Projeto e que já aprovamos. O Deputado Jairo Tamura também assina conosco esse Projeto. Acontece o seguinte, senhores: o PT, a esquerda, tem uma posição diferente da nossa. Eles têm, na pauta do Governo do PT, inclusive, essa ideia de que apoia o Movimento Sem Terra e, por isso, evidentemente, esse Projeto não vai ao encontro do que o PT defende. Foi assim na CCJ, tentaram barrar o Projeto – obstruir, melhor dizendo a aprovação –, pediram vista do Projeto, apresentaram voto contrário na CCJ. Foi assim na Comissão de Agricultura, o PT também apresentou um voto contrário, tramitou e atrapalhou a votação. Depois foi aprovado também na Comissão de Agricultura. No Plenário, não poderia ser



diferente: foi na segunda votação, o Deputado Arilson Chiorato apresentou uma Emenda. O problema é que a Emenda tem um viés alinhado com o que o PT defende, não com o que queremos aprovar nessa lei, ou seja, ele destrói, completamente, o Projeto, fazendo um projeto virar um projeto da esquerda e não do que concebemos. Não vou cansá-los. Quero apenas reforçar o pedido de voto, nesse caso, contrário evidentemente à Emenda do Deputado Arilson Chiorato, por quê? Vou ler só um artigo para vocês entenderem o quanto que o Projeto, a Emenda apresentada pelo Deputado Arilson, vai de encontro, ou seja, é contra o que defendemos. O Item 4, por exemplo, da Emenda, mas todas as emendas estão com esse mesmo tom. O que pretendemos com o Projeto, no inciso IV, do Projeto de Lei? *"Reforçar o conhecimento da população sobre os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, que garantem o direito à propriedade e os meios legais para a defesa contra invasões"*. O que diz o mesmo inciso IV da Emenda do Deputado Arilson? *"Promover campanhas para incentivar o respeito, às normas ambientais essenciais"*, ou seja, não tem nada a ver *alhos com bugalhos*. Queremos evitar as invasões. O Deputado apresenta uma Emenda que trata de questões ambientais. Ele pode apresentar um Projeto novo versando sobre isso, mas não usar do Projeto do outro para implementar aquilo que ele defende. Então, senhores, já aprovamos o Projeto. Só peço a atenção dos senhores, especialmente, na hora da votação, que o nosso voto nessa Emenda seja *"não"*, seja contrária à Emenda do Deputado Arilson Chiorato. No mais, muito obrigado pela atenção. Muito obrigado pelo voto que já aprovamos. Vamos votar contra, agora, a emenda do Deputado Arilson Chiorato. Obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, veja bem como que é a criminalização ideológico-partidária. Em determinado momento, o Deputado Marcio Pacheco fala que o PT atrapalhou o processo de votação, porque colocou



Emenda, atrasou o processo e votou contrário. Temos que deixar claro para o Deputado Marcio que um Deputado do PT, um Deputado do PL, um Deputado do PSD tem o mesmo direito de propor vista, fazer Emenda, pedir para tirar de pauta e coisa do tipo. É um direito, é a prerrogativa de cada partido. Mas essa personificação, em um partido político, é coisa que atrapalha o andamento aqui da Casa e do Brasil que está hoje. Um processo que acaba distanciando a função legislativa. Vim falar aqui hoje que esse Projeto, embora tenha o nome instituído de “Verde e Amarelo”, é um projeto que criminaliza a função social da propriedade. Criminaliza a função deixada, inclusive, bíblica, do que é o uso da propriedade rural. Nós, da Oposição, construímos uma Emenda em que seja dedicado um mês à conscientização, sobre a importância da propriedade privada, nos termos do seu conceito constitucional, ou seja, a funcionalização socioambiental como parte do conceito de propriedade, ou seja, o proprietário tem direito à proteção e o dever de cumprir as regras ambientais, sociais e urbanas. O Projeto atual criminaliza os movimentos sociais. O Projeto atual quer defender que terras improdutivas, que não estejam sendo usadas, sejam taxadas como produtivas, só por serem propriedade privada. É isso o que está por trás aqui. O lado... Uns do lado do povo, da função social da propriedade, outros do lado do lucro, da ganância, de que terras que não têm proveito algum, ou uso algum, sejam simplesmente deixadas no estado em que estão. E não é por problemas ambientais. E ainda, exatamente, chama aqueles que tentam fazer a ocupação de uma terra que está sem função social de “invasores”. A nossa Emenda também prevê que são objetivos do mês verde e amarelo a promoção de campanha de conscientização sobre a importância da comunicação sobre o uso correto e a defesa das propriedades de natureza privadas e também públicas, campanha sobre o uso e o acesso à propriedade, treinamentos e capacitações voltadas ao uso racional da propriedade e o aumento da produtividade, campanha para incentivar o respeito às normas ambientais, a regularização fundiária urbana e rural, considerando a garantia da segurança de posse. Vejam bem, o Projeto original, que é um projeto criminalizatório, um projeto de viés literalmente



extremista, um projeto de quem desconhece a Constituição, tanto que é um projeto inconstitucional, traz nada mais do que o discurso do *zap-zap* do bolsonarismo, que é promover o ódio, a intolerância, e mais ainda, criar um abismo entre o que de fato é real e o que é virtual. A propriedade que não tem função social, que não produz, que foi adquirida sem instrumentos legais... Por ocupação? Não, por grilagem, por exemplo, estão sendo contempladas em um projeto desse; enquanto terras que estão devolutas, em que famílias estão vivendo para a sua subsistência, que estão fazendo agricultura familiar, elas são criminalizadas no processo que está aqui. E esta Casa pode ficar ofendida com a minha pessoa, mas vai manchar o nome aprovar um Projeto de Lei que faz com que tenhamos criminalização aos mais pobres. É isso que está acontecendo. Eu queria saber se a Araupel, que foram griladas as terras, vai ser criminalizada. Não vai, vai ser aplaudida; e os pequenos proprietários que estão ocupando uma terra e fazendo a sua subsistência vão ser criminalizados. Que vergonha para a Assembleia, meus sentimentos.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): Senhor Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Tito Barrichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARRICELLO (UNIÃO): *Data maxima venia* o posicionamento do Deputado Arilson Chiorato, primeiramente uma lei estadual não pode criminalizar nenhuma conduta como ele reiteradamente postou em sua manifestação na tribuna, infelizmente não podemos legislar sobre Direito Penal. No entanto, o que essa lei traz e materializa é a vontade da população paranaense, materializada já no Código Penal, no esbulho possessório, que é crime. É crime, é ilícito previsto em lei no Código Penal, que é o Decreto-Lei n.^o 2.848/1940. E esta Lei busca o quê? Busca fomentar condutas legais, que vão ao encontro do interesse da sociedade paranaense. O povo paranaense não quer



invasão de terras, o povo paranaense não aceita o esbulho possessório. E se os petistas querem esses invasores, que levem para casa deles. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Para discutir, estou na vez.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Antenor.

DEPUTADO DOUTOR ANTENOR (PT): Fico surpreso inicialmente com o posicionamento do Deputado Marcio: chamar os nossos povos originários de invasores, o termo que eu ia usar aqui ia machucar muita gente. Os nossos povos originários são invasores? Os chamados indígenas são invasores? Os que aqui estavam, os que aqui foram destruídos, os que foram assassinados? Se fizéssemos um inventário da terra no Estado do Paraná e neste Brasil, teríamos surpresas por ver de que forma é constituída a estrutura fundiária do Estado do Paraná, como que agiam os coronéis, como que agem até hoje. E o povo, aquele que necessita de fato de um espaço, de áreas que não estão cumprindo a função social e que, muitas vezes, foram apanhadas através desse esbulho – desse, sim –, utilização da grilagem, passam a ter a convivência, passam a ter o respeito da nossa Assembleia. Não se discute com profundidade a causa da terra neste País, se esquecem dos europeus que aqui chegaram – como os meus antepassados também –, que chegaram e foram recebidos com tapete estendido, fossem poloneses, ucranianos, alemães, italianos, espanhóis, fossem de onde fossem, e muitas vezes ainda se joga pedra nos que vieram amarrados para este País. Mas na hora de resolver a questão fundiária, criamos mais um problema aqui, criamos um espaço de confronto. Ocupação da terra é algo distinto. Vou repetir, se fizéssemos um inventário da terra, de como ela foi açambarcada – “açambarcada” é o termo – neste País... Há muita gente séria na terra, eu sei que existe, mas há setores que se tornaram poderosíssimos através do grilo, da pistolagem e da força, e taxados de bandidos são os trabalhadores, os humildes, os frágeis.



Lamento que a gente passe ao largo de um debate mais profundo sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço respeitosamente aos Deputados que compõem a nossa base, o voto é “não”. “Não” é “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Só para reforçar, Presidente, voto “não”, contrário à Emenda.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não vão se enganar, hein! É “não”.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Ney Leprevost.

DEPUTADO NEY LEPREVOST (UNIÃO): Enquanto os Deputados e Deputadas votam, quero lembrar que a equipe da Secretaria Municipal de Saúde, junto com o Departamento Médico da Assembleia, estão fazendo a vacinação contra a *influenza*, contra a gripe, aqui embaixo, ao lado do Plenarinho. Então, quem quiser tomar a vacina, ela está disponível até as 16h30 de hoje, inclusive a equipe disse que espera o Sr. Presidente para ir lá tomar a vacina e tirar uma fotografia também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Estarei lá, Deputado Ney Leprevost.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quero lembrar alguns colegas que ainda não votaram que o voto é “não”, a recomendação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Mauro Moraes, Deputado Moacyr Fadel? Deputado Romanelli, como vota? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); **Votaram Não:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (32 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Goura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcia Huçulak, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Requião Filho e Ricardo Arruda (15 Deputados).] Com 7 votos favoráveis e 32 votos contrários, **está rejeitado o substitutivo geral.**

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 259/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 32/2025, que altera a Lei n.º 21.926, de 11 de abril de 2024 - Código Estadual da Mulher Paranaense. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Segurança Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Goura, Luis Corti, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Requião Filho e Ricardo Arruda (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 259/2025.**

ITEM 9 – 2.º Turno do Projeto de Resolução n.º 4/2025, de autoria do Deputado Alexandre Curi, Deputado Gugu Bueno, Deputada Maria Victoria e Deputado Ademar Traiano, que altera o art. 76 do Anexo Único da Resolução n.º 11, de 23 de agosto de 2016, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa e adota outras providências. Parecer favorável da CCJ. Emendas de Plenário aguardando parecer da CCJ. **Está retirado por esta Presidência.**

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 757/2024, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 2.576/2024, que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Engenheiro Beltrão. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição votar “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *Pela ordem*, Presidente. Só lembrando que teremos mais uma Sessão após esta. Deputados que ainda não votaram, peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[**Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Batatinha, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Goura, Gugu Bueno, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 757/2024.**

ITEM 11 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 289/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36/2025, em Regime de Urgência, que altera a Lei n.º 22.267, de 13 de dezembro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2025. Parecer favorável da Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Evandro Araújo, Goura, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 289/2025.**

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 407/2024, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que concede o título de Capital Estadual do Urucum ao município de Paranacity. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estamos juntos. O Projeto é bom, merece o apoio, voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, o voto é “sim”, hein.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Presidente, *pela ordem*, enquanto os Deputados e Deputadas votam.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Adriano.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Só para registrar a presença do Prefeito de Ivatuba, o Varlei, do Vice-Prefeito, Gian, do Vereador Deva e do Secretário de Agricultura, Luiz Henrique.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação: [*Votaram Sim:* Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); *Não Votaram:* Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Requião Filho, Ricardo Arruda e Soldado Adriano José (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 407/2024.**

ITEM 13 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 626/2024, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que reconhece a festa de São Pedro Apóstolo, do município de



Matinhos, como patrimônio imaterial do Estado do Paraná e estabelece sua inserção no roteiro turístico oficial do Estado. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Recebi a incumbência de todos os Deputados que compõem a nossa Base, de maneira oficial, fazer um pronunciamento aqui dirigindo as nossas condolências ao Deputado Requião Filho, pelo falecimento dos seus sogros. Quero que receba este gesto de todos nós. Que Deus dê forças para superar este momento tão difícil.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, esse gesto do Deputado Hussein Bakri e dos Deputados da Base do Governo também é estendido com as condolências aqui da Oposição. Votos de pesar para a família, os sogros, para toda a família do Deputado Requião Filho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza,



Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacobós, Fabio Oliveira, Goura, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei nº 626/2024.

ITEM 14 – Turno Único do Projeto de Lei nº 141/2025, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que concede o título de utilidade pública à Associação de Pesquisa e Projeção Folclórica Pôr do Sol, com sede no município de Quinta do Sol. Parecer favorável da CCJ. Em discussão Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); Não Votaram:*



Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Batatinha, Del. Jacovós, Denian Couto, Goura, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está **aprovado** o Projeto de Lei n.^º 141/2025.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^º 1144/2025, dos Deputados Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Denian Couto, Alexandre Amaro, Moacyr Fadel, Márcia Huçulak, Márcio Pacheco e Mabel Canto, requerendo a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei n.^º 339/2025. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimento n.^º 1138/2025, da Deputada Ana Júlia, requerendo informações ao Secretário de Estado da Educação, acerca da avaliação somativa do 18.^º mês de exercício dos professores do 1.^º chamamento do estágio probatório; e **Requerimentos n.^ºs 1146 e 1147/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Saúde do Paraná, requerendo dados sobre os números de óbitos neonatais registrados no Estado do Paraná; e os números de nascimentos prematuros no Estado do Paraná. **Conforme acordo do Líder do Governo com as autoras, serão encaminhados como expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.^º 1130/2025, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (COOPLAF) de Cascavel;



Requerimentos n.^{os} 1131 a 1133/2025, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Mauá da Serra; Santa Helena; e Corumbataí do Sul; **Requerimento n.^º 1137/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de pesar pelo falecimento da Sr.^a Ivanilde Paraizo Rodrigues Vieira, ocorrido no dia 6 de maio de 2025; **Requerimento n.^º 1139/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Faculdade de São Vicente de Iriti, em razão da tradição e compromisso com a Educação de Iriti que já estabelece há mais de um século pela Faculdade; **Requerimento n.^º 1142/2025**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações para a atleta Claudia Luana de Oliveira, natural de Pérola D'Oeste, pela convocação pela CBF para integrar a Seleção Brasileira de Futebol Feminino em Dois Amistosos contra o Japão; **Requerimento n.^º 1143/2025**, do Deputado Denian Couto, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Eduardo Pimentel, Prefeito do município de Curitiba, e à URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba, referente a informações sobre créditos de cartão transporte; **Requerimento n.^º 1145/2025**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Observatório dos Sistemas Tradicionais e Agroecológicos de Erva-mate, pelo seu relevante trabalho em prol do reconhecimento internacional da Erva-mate sombreada, contemplada com o selo SIPAM.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 1134/2025**, dos Deputados Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Doutor Antenor, Goura, Professor Lemos, Ana Júlia, Requião Filho e Renato Freitas, requerendo providências para transparência em todos os procedimentos que se relacionem à comunicação de recebimento de denúncia contra Parlamentar. Art. 53, § 1.^º, CF. Art. 154, RIALEP; **Requerimento n.^º 1141/2025**, do Deputado Batatinha, requerendo o



arquivamento do Projeto de Lei n.º 229/20250 por similaridade a Lei n.º 22.303, de 10 de março de 2025.

Justificativas de ausências.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1135/2025**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 6, 7 e 12 de maio de 2025.

Requerimento Prejudicado.

Requerimento n.º 1136/2025, do Deputado Hussein Bakri, requerendo destaque das Emendas de n.º 7 e 9 ao Projeto de Resolução n.º 4/2025. **O Requerimento ficou prejudicado, pois o Projeto de Resolução foi retirado de pauta pela Presidência.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária na sequência e uma outra Sessão Ordinária para amanhã, quarta-feira, às 9 horas, com as seguintes **Ordens do Dia: Sessão Extraordinária – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 289/2025; Sessão Ordinária - Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 407/2024, 464/2024, 626/2024, 66/2025, 141/2025 e 259/2025, 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 757/2024, 1.º Turno dos Projetos de Lei n.ºs 305/2024, 104/2025, 260/2025 e 263/2025 e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 574/2024, 87/2025 e 207/2025.** Lembrando aos Senhores Deputados que temos uma Sessão Extraordinária na sequência.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

(Sessão encerrada às 16h08, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)